

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinamos as demonstrações financeiras anexas do Instituto Politécnico de Castelo Branco, quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013, (que evidencia um total de Balanço de 53.892.536,10 euros e um total de Fundos Próprios de 21.667.550,43 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 174.401,39 euros), a Demonstração dos Resultados por Natureza, os Mapas de Controlo Orçamental de Despesas e Receitas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, Mapa de Descontos e Retenções, Mapa de Entrega de Descontos e Retenções, Mapa de Desenvolvimento das Despesas com Pessoal do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Gestão a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Instituto Politécnico de Castelo Branco, e o resultado das suas operações e fluxos de caixa, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequadas e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo n.º 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Gestão, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. *O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras*

6. *Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.*

RESERVA

7. *Não foi possível comprovar a titularidade como proprietário do edifício, onde se encontra instalada a Escola Superior Agrária em virtude, de não se encontrar registado na Conservatória do Registo Predial competente.*

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. *É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.*

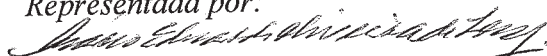
OPINIÃO

9. *Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo n.º 7 acima, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do **Instituto Politécnico de Castelo Branco**, em 31 de Dezembro de 2013 e o resultado das suas operações e fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.*

Castelo Branco, 2014/04/28

Eugénio Branco & Associados, SROC, Lda.

Representada por:



Mário Eduardo Oliveira de Sousa
Revisor Oficial de Contas, n.º 893